



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

4º TRIMESTRE DE 2025

Pró-Reitoria de Administração

Diretoria de Finanças e Contabilidade

Coordenação de Contabilidade e Custos



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Equipe

Antonio da Luz Júnior
Reitor

Juliana Ferreira de Queiroz
Pró-Reitoria de Administração

João Marcelo dos Santos Silva
Diretoria de Finanças e Contabilidade

Joel Ferreira Lopes
Coordenação de Contabilidade e Custos

EQUIPE TÉCNICA – Contadores

Anicésio Tavares dos Santos
Fernando de Sousa Leal
Genival Francisco de Carvalho
Ludimilla da Silva Coelho Muniz
Maria Pedrinha Ângelo de Sousa Oliveira
Valdinez Pereira Feitoza
Vladimir Lisboa de Carvalho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DO IFTO.....	4
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS..	6
2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	6
3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	9
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
4.1 Balanço Patrimonial.....	12
4.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	14
4.3 Balanço Orçamentário.....	16
4.4 Balanço Financeiro.....	18
4.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	19
5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....	21
5.1 Caixa e Equivalente de Caixa.....	21
5.2 Imobilizado.....	21
5.2.1 Bens Móveis.....	23
5.2.2 Bens Imóveis.....	24
5.3 Intangível.....	26
4.4 Obrigações Contratuais.....	26
5.5 Fornecedores e Contas a Pagar.....	28
5.6 Patrimônio Líquido.....	29
6. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.....	30
6.1 Resultado Patrimonial.....	30
6.2 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	30
6.3 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	31
7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	34



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

7.1 Receitas.....	34
7.2 Despesas.....	35
7.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar.....	36
8. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	38
8.1 Ingressos Financeiros.....	38
8.2 Dispêndios.....	39
8.3 Resultado Financeiro.....	39
9. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	40
10 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	41



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. ESTRUTURA DO IFTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui natureza jurídica de Autarquia Federal, sendo vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

É composto por uma unidade da administração central, a Reitoria, que está situada em Palmas, capital do Estado do Tocantins, e por 8 (oito) campi, e 3 (três) campus avançados.

Unidade	CNPJ
Reitoria	10.742.006/0001-98
Campus Palmas	10.742.006/0003-50
Campus Araguatins	10.742.006/0002-78
Campus Paraíso do Tocantins	10.742.006/0004-30
Campus Araguaína	10.742.006/0006-00
Campus Gurupi	10.742.006/0005-11
Campus Porto Nacional	10.742.006/0007-83
Campus Dianópolis	10.742.006/0008-64
Campus Colinas do Tocantins	10.742.006/0009-45
Campus Avançado de Pedro Afonso*	
Campus Avançado de Lagoa da Confusão*	
Campus Avançado de Formoso do Araguaia*	

* Os Campus Avançados não possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial são realizados e controlados no CNPJ da matriz.

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (reitoria, *campus*, *campus* avançado e polos de educação a distância), especializada na oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes (pós-médio), Proeja, graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD/UAB).

Sua missão é proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Conformidade legal das atividades da entidade: Lei nº 11.892/2008, lei de criação, Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos seus servidores, Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 10.520/2002 (pregão eletrônico) para contratação dos seus fornecedores, Lei nº 4.320/1964 para suas finanças, Lei 14.822/2024 – Lei Orçamentária Anual de 2024, para o orçamento, e legislações específicas da área de atuação da entidade.



2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos vigentes.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração (SIAFI), as demonstrações consolidam as contas da Reitoria e dos campi: Palmas, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins, ou seja, consolidadas no nível de órgão.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo por base as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- (a) Moeda funcional: A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- (c) Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos tributários; (II) créditos não tributários; (III) dívida ativa; (IV) transferências concedidas; (V) empréstimos e financiamentos concedidos; (VI) adiantamentos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

(VII) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques: Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

(e) Ativo Realizável à Longo Prazo: Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

(quando tiverem vida útil definida), e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(i) Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável: a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

(j) Passivos circulantes e não circulantes: As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

(k) Benefícios a Empregados: Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

(l) Ajustes de Exercícios Anteriores: A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados no Balanço Patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª edição – MCASP, e refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 31/12/2025, exceto no tocante as ressalvas abaixo:

302 – Falta ou atraso de remessa do RMA ou RMB

Justificativa: Com exceção da UG 158556, as demais unidades do órgão, mantém o controle de estoque de materiais de consumo do almoxarifado através do RMA, porém em relação ao controle dos bens móveis (RMB) em razão de controles ineficazes no passado, temos diferenças em várias contas de classificação patrimonial e saldo total entre o SIAFI x SUAP, inexistindo assim, um controle adequado no órgão como um todo.

Providências: Todavia em 2025 ocorreram várias cobranças a UG 158556 com relação ao RMA, informando da necessidade de um levantamento do inventário de material em estoque para regularização e envio do relatório mensal com as saídas de material do estoque para registro em tempo hábil no SIAFI. Em relação aos bens móveis, está em andamento processo de atualização/acerto da base de dados do sistema de controle patrimonial – SUAP, a fim de que seja disponibilizado o RMB mensalmente para conciliação com o SIAFI.

315 – Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão

Justificativa: Algumas das nossas unidades ainda não estão efetuando o registro da Conformidade de Gestão. A falta de atendimento deste procedimento fere a Instrução Normativa STN nº 6 de 31 de outubro de 2007 (D.O.U. de 12 de novembro de 2007) que disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão e ainda a Macrofunção 020314.

Providências: Em 2023, foi designada uma comissão para elaboração do Manual de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Conformidade de Registro de Gestão no âmbito do Instituto Federal do Tocantins. Já em 2024 foi apresentado o Manual a todas as unidades do IFTO, através de uma reunião virtual por meio da plataforma Google Meet, e em 2025 foi realizado treinamento com todos os responsáveis pela conformidade de registro de gestão das unidades, com o objetivo de treinar e orientar com foco no atendimento a IN STN nº 6/2007 e macrofunção 020314.

603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA

Justificativa: A UG 158556, registrou saldos divergentes entre a conta contábil 11.561.01.00 – Material de Consumo do SIAFI, com o saldo do Relatório de Movimentação do Almoxarifado – RMA do SUAP, em razão da falta de envio do relatório mensal para registro da baixa por consumo do material em estoque, fato que tem se repetido ao longo do exercício.

Providências: Ocorreram conversas entre a Setorial Contábil do Órgão com a unidade e elas relataram que após a realização do inventário, corrigiriam as eventuais inconsistências de cunho físico x financeiro.

634 – Falta Avaliação Bens Móv/Imóveis/Intang/Outros

Justificativa: Essa restrição é recorrente no órgão já alguns anos, devido a falta de servidores competentes para realização das avaliações dos bens.

Providências: Institucionalizar a rotina de gestão de bens móveis e imóveis, incluindo a confecção de documentos e capacitação de servidores. Em relação aos imóveis, já foram realizadas as capacitações para realizações das reavaliações dos imóveis e posteriormente atualizações nos sistemas estruturantes (SPIUNet/SIAFI), das obras em andamentos já concluídas.

642 – Falta/Reg. Incompatível de Depreciação, Amortização, Exaustão do Ativo Imobilizado

Justificativa: A permanência dessas inconsistências está principalmente relacionada ao sistema de controle atualmente utilizado pelo órgão, que é o SUAP, que não está preparado e integrado para o registro integral e tempestivo dos Bens Móveis e sua respectiva depreciação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Providências: Está em curso trabalho de reclassificação de determinados bens classificados em contas patrimoniais erradas e finalização dos inventários para realização dos ajustes. Já houve a adesão por parte do IFTO ao SIADS, porém falta realizar a migração dos dados e institucionalizar a rotina de gestão de bens móveis. Em relação aos imóveis, estamos providenciando para em 2026 finalizarmos esses lançamentos.

Outras ressalvas

Ausência de registro de reconhecimento das provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição;

Presença de saldos alongados na conta contábil Bens Móveis a Classificar.

Palmas – TO, 28 de janeiro de 2026

JOEL FERREIRA LOPES
CRC nº TO 000616/O-5

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Balanço Patrimonial

Exercício: 2025
Período: 4º Trimestre
Valores em unidades de Real

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	35.664.340,94	28.586.850,63	PASSIVO CIRCULANTE	101.785.982,64	82.382.930,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.150.431,47	23.854.469,84	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a	31.629.647,77	20.514.348,22
Créditos a Curto Prazo	5.174.661,51	1.963.786,61	Empréstimos e Financiamentos a Curto	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto	2.396.520,82	644.570,61
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.828,25	2.828,25
Demais Créditos e Valores	5.174.661,51	1.963.786,61	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	5.174.661,51	1.963.786,61	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	67.756.985,80	61.221.183,28
Estoque a Curto Prazo	3.339.247,96	2.768.594,18			
Ativos Não Circulantes Mantidos para	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	279.237.606,42	254.408.352,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	161.201,90	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a	-	-
Créditos a Longo Prazo	161.201,90	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	161.201,90	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	161.201,90	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	101.785.982,64	82.382.930,36
(-) Depreciação Acumulada de	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	2.920.692,70	2.016.859,72
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	210.195.272,02	198.595.413,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Resultado do Exercício	11.515.626,31	3.412.821,97
Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	198.595.413,17	198.602.896,90
Imobilizado	279.022.169,42	254.354.117,52	Ajustes de Exercícios Anteriores	84.232,54	-3.420.305,70
Bens Móveis	84.910.517,91	82.954.902,61	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	107.244.588,62	105.358.973,32	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	213.115.964,72	200.612.272,89
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-22.334.070,71	-22.404.070,71			
Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Bens Imóveis	194.111.651,51	171.399.214,91			
Bens Imóveis	196.713.331,67	173.556.098,34			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de	-2.601.680,16	-2.156.883,43			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Intangível	54.235,10	54.235,10			
Softwares	54.235,10	54.235,10			
Softwares	54.235,10	54.235,10			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas,	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	314.901.947,36	282.995.203,25	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	314.901.947,36	282.995.203,25

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	27.176.028,87	23.880.067,24	PASSIVO FINANCEIRO	68.693.970,65	54.146.337,80
ATIVO PERMANENTE	287.725.918,49	259.115.136,01	PASSIVO PERMANENTE	57.584.458,22	54.854.692,77
			SALDO PATRIMONIAL	188.623.518,49	173.994.172,68

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
SALDO DOS ATOS	54.441.661,10	59.528.446,19	SALDO DOS ATOS	97.492.715,16	64.618.299,13
POTENCIAIS ATIVOS			POTENCIAIS PASSIVOS		
Atos Potenciais Ativos	54.441.661,10	59.528.446,19	Atos Potenciais Passivos	97.492.715,16	64.618.299,13
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.924.629,48	1.818.076,88	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	50.447.178,15	57.642.790,07	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.776.223,09	1.410.000,00
Direitos Contratuais	69.853,47	67.579,24	Obrigações Contratuais	95.716.492,07	63.208.299,13
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	54.441.661,10	59.528.446,19	TOTAL	97.492.715,16	64.618.299,13

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-39.721.108,12
Recursos Vinculados	-1.796.833,66
Educação	-1.249.958,19
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.290,55
Previdência Social (RPPS)	-21.232,44
Dívida Pública	2.218,17
Fundos, Órgãos e Programas	-532.151,75
TOTAL	-41.517.941,78

4.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

Exercício: 2025
Período: 4º Trimestre
Valores em unidades de Real

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	483.838.494,56	398.846.326,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	334.568,76	857.947,23
Venda de Mercadorias	41.208,79	29.257,08
Vendas de Produtos	574,96	3.492,74
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	292.785,01	825.197,41
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.306,22	1.517,20
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.306,22	1.517,20
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	444.898.686,88	382.981.427,52
Transferências Intragovernamentais	444.363.840,04	371.856.742,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	534.846,84	11.124.685,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	38.457.489,85	14.732.501,28
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.953.366,45	46.965,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos	33.504.123,40	14.685.536,16
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	146.442,85	272.932,85
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	146.442,85	272.932,85

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	472.322.868,25	395.433.504,11
Pessoal e Encargos	317.935.484,17	264.758.500,24
Remuneração a Pessoal	247.795.090,19	204.538.549,51
Encargos Patronais	48.705.784,19	41.872.966,37
Benefícios a Pessoal	21.411.811,38	18.346.984,36
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	22.798,41	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.409.829,36	10.063.296,47
Aposentadorias e Reformas	6.199.466,64	5.074.450,66
Pensões	1.576.035,81	1.482.178,89
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	9.643,00	14.532,88
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.624.683,91	3.492.134,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	50.892.025,96	44.079.255,21
Uso de Material de Consumo	3.602.026,59	3.633.727,72
Serviços	46.845.202,64	40.049.531,52
Depreciação, Amortização e Exaustão	444.796,73	395.995,97
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73.176,33	1.425,43
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	73.176,33	821,33
Variações Monetárias e Cambiais	-	69,26
Descontos Financeiros Concedidos	-	534,84
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	42.848.543,18	47.406.063,65
Transferências Intragovernamentais	42.482.564,05	36.456.928,05
Transferências Intergovernamentais	45.971,84	66.875,53
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	320.007,29	10.882.260,07
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	41.690.876,07	20.790.619,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	2.569,34
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	36.231.402,08	18.771.190,08
Desincorporação de Ativos	5.459.473,99	2.016.859,72
Tributárias	33.342,19	46.462,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.835,33	13.805,45
Contribuições	25.506,86	32.657,44
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.439.590,99	8.287.881,08
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.402.306,13	8.207.411,94
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	37.284,86	80.469,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11.515.626,31	3.412.821,97

4.3 Balanço Orçamentário

Exercício:2025
Período: 4º Trimestre
Valores em unidades de Real

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	809.006,00	809.006,00	331.826,08	-477.179,92
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço	-	-	-	-
Receita Patrimonial	52.581,00	52.581,00	18.124,56	-34.456,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do	51.093,00	51.093,00	16.829,19	-34.263,81
Valores Mobiliários	1.488,00	1.488,00	1.295,37	-192,63
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	20.335,00	20.335,00	41.208,79	20.873,79
Receita Industrial	1.323,00	1.323,00	574,96	-748,04
Receita de Serviços	734.767,00	734.767,00	269.454,06	-465.312,94
Serviços Administrativos e Comerciais	734.767,00	734.767,00	269.454,06	-465.312,94
Serviços e Atividades Referentes à	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.463,71	2.463,71
Multas Administrativas, Contratuais e	-	-	1,00	1,00
Indenizações, Restituições e	-	-	2.462,71	2.462,71
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	809.006,00	809.006,00	331.826,08	-477.179,92
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	809.006,00	809.006,00	331.826,08	-477.179,92
DÉFICIT	-	-	414.118.590,99	414.118.590,99
TOTAL	809.006,00	809.006,00	414.450.417,07	413.641.411,07
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	55.380.979,00	-	-55.380.979,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	55.380.979,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA
DESPESAS CORRENTES	328.507.961,00	383.616.373,00	389.846.809,92	382.136.194,53	338.336.371,52	-6.230.436,92
Pessoal e Encargos Sociais	256.926.301,00	307.250.416,00	307.174.888,36	307.167.250,70	268.329.726,84	75.527,64
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	71.581.660,00	76.365.957,00	82.671.921,56	74.968.943,83	70.006.644,68	-6.305.964,56
DESPESAS DE CAPITAL	750.000,00	1.022.567,00	24.603.607,15	12.396.765,00	12.125.084,77	-23.581.040,15
Investimentos	750.000,00	1.022.567,00	24.603.607,15	12.396.765,00	12.125.084,77	-23.581.040,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	329.257.961,00	384.638.940,00	414.450.417,07	394.532.959,53	350.461.456,29	-29.811.477,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	329.257.961,00	384.638.940,00	414.450.417,07	394.532.959,53	350.461.456,29	-29.811.477,07
TOTAL	329.257.961,00	384.638.940,00	414.450.417,07	394.532.959,53	350.461.456,29	-29.811.477,07

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS	746.879,98	9.584.880,51	8.789.471,15	8.783.918,04	706.283,37	841.559,08
Pessoal e Encargos	-	271.117,63	84.485,42	84.485,42	-	186.632,21
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	746.879,98	9.313.762,88	8.704.985,73	8.699.432,62	706.283,37	654.926,87
DESPESAS DE CAPITAL	734.572,13	15.557.153,43	12.384.860,41	12.337.923,49	164.691,74	3.789.110,33
Investimentos	734.572,13	15.557.153,43	12.384.860,41	12.337.923,49	164.691,74	3.789.110,33
Inversões	-	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.481.452,11	25.142.033,94	21.174.331,56	21.121.841,53	870.975,11	4.630.669,41

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS	13.945,15	27.305.256,77	27.296.137,14	518,47	22.546,31
Pessoal e Encargos	1.381,32	24.312.662,14	24.307.974,00	-	6.069,46
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-
Outras Despesas	12.563,83	2.992.594,63	2.988.163,14	518,47	16.476,85
DESPESAS DE CAPITAL	44.660,69	154.781,15	153.173,59	1.607,56	44.660,69
Investimentos	44.660,69	154.781,15	153.173,59	1.607,56	44.660,69
Inversões	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-
TOTAL	58.605,84	27.460.037,92	27.449.310,73	2.126,03	67.207,00

4.4 Balanço Financeiro

Exercício: 2025
Período: 4º Trimestre
Valores em unidades de Real

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	331.826,08	920.913,16	Despesas Orçamentárias	414.450.417,07	347.978.922,68
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	404.173.548,28	336.345.406,91
Recursos Vinculados	331.826,08	1.044.951,00	Recursos Vinculados	10.276.868,79	11.633.515,77
Educação	-	180,38	Educação	1.651.140,77	4.595.726,14
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	229.900,00
Fundos, Órgãos e Programas	331.826,08	1.044.767,62	Previdência Social (RPPS)	7.309.165,75	5.539.849,14
Recursos Não Classificados	-	3,00	Fundos, Órgãos e Programas	1.316.562,27	1.268.040,49
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-124.037,84			
Transferências Financeiras Recebidas	444.363.840,04	371.856.742,29	Transferências Financeiras Concedidas	42.426.657,55	36.456.928,05
Resultantes da Execução Orçamentária	408.815.506,92	343.803.937,06	Resultantes da Execução Orçamentária	32.490.769,56	27.622.003,66
Repasse Recebido	376.636.856,77	316.186.434,81	Repasse Concedido	312.119,41	4.501,41
Sub-repasse Recebido	32.178.650,15	27.617.502,25	Sub-repasse Concedido	32.178.650,15	27.617.502,25
Independentes da Execução Orçamentária	35.548.333,12	28.052.805,23	Independentes da Execução Orçamentária	9.935.887,99	8.834.924,39
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	29.401.471,13	22.227.485,62	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.499.356,37	8.313.740,78
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.146.861,99	5.825.319,61	Demais Transferências Concedidas	-	685,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	436.531,62	520.498,61
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	64.288.339,97	53.115.674,64	Pagamentos Extraorçamentários	48.810.969,84	40.983.398,01
Inscrição de Restos a Pagar Processados	44.071.503,24	27.445.137,60	Pagamento de Restos a Pagar Processados	27.449.310,73	26.574.762,88
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	19.917.457,54	25.142.033,94	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	21.121.841,53	14.154.170,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	183.911,08	253.099,15	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	183.911,08	253.099,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	115.468,11	275.403,95	Outros Pagamentos Extraorçamentários	55.906,50	1.365,85
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.925,47	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	1.365,85
Cancelamento de Obrigações do Exercício	-	2.699,14	Demais Pagamentos	55.906,50	-
Arrecadação de Outra Unidade	112.542,64	272.704,81			
Saldo do Exercício Anterior	23.854.469,84	23.380.388,49	Saldo para o Exercício Seguinte	27.150.431,47	23.854.469,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.854.469,84	23.380.388,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.150.431,47	23.854.469,84
TOTAL	532.838.475,93	449.273.718,58	TOTAL	532.838.475,93	449.273.718,58

4.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em unidade de Real

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27.912.143,48	9.541.146,26
INGRESSOS OPERACIONAIS	444.992.119,84	373.244.408,55
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	18.124,56	36.077,43
Receita Agropecuária	41.208,79	29.257,08
Receita Industrial	574,96	3.492,74
Receita de Serviços	269.454,06	788.585,14
Remuneração das Disponibilidades	-	1.522,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.463,71	228,04
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	444.660.293,76	372.385.245,39
Ingressos Extraorçamentários	183.911,08	253.099,15
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	2.699,14
Transferências Financeiras Recebidas	444.363.840,04	371.856.742,29
Arrecadação de Outra Unidade	112.542,64	272.704,81
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-417.079.976,36	-363.703.262,29
Pessoal e Demais Despesas	-330.860.981,74	-285.989.318,05
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-11.169,49
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-7.588.328,40	-6.279.197,46
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-322.075.578,81	-278.757.585,25
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.200.000,00	-500.000,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-440.000,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.925,47	-1.365,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-43.552.519,49	-41.003.917,04
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-43.506.547,65	-40.937.041,51
Outras Transferências Concedidas	-45.971,84	-66.875,53
Outros Desembolsos Operacionais	-42.666.475,13	-36.710.027,20
Dispêndios Extraorçamentários	-183.911,08	-253.099,15
Transferências Financeiras Concedidas	-42.426.657,55	-36.456.928,05
Demais Pagamentos	-55.906,50	-

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.616.181,85	-9.067.064,91
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	61.750,00
Alienação de Bens	-	61.750,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-24.616.181,85	-9.128.814,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.578.860,48	-8.935.628,88
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-37.321,37	-193.186,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.295.961,63	474.081,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	23.854.469,84	23.380.388,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	27.150.431,47	23.854.469,84

5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª Edição, 2024).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

5.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Na conta Caixa e Equivalentes de Caixa se encontram os recursos financeiros para aplicação nas operações do IFTO, sendo que é composta em sua totalidade por valores da Conta Única do Tesouro Nacional para fazer frente a sua execução orçamentária e financeira.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.150.431,47	23.854.469,84	13,82
Total	27.150.431,47	23.854.469,84	13,82

Fonte: SIAFI 2025

A tabela acima demonstra um acréscimo de 13,22% dos recursos financeiros entre o quarto trimestre de 2024 e o quarto trimestre de 2025. O acréscimo dos recursos disponíveis é consequência da programação financeira no período.

5.2. Imobilizado

O imobilizado do IFTO é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios

econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o quarto trimestre de 2025 e do quarto trimestre de 2024.

Tabela 2 – Imobilizado – Composição

IMOBILIZADO	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	107.244.588,62	105.358.973,32	1,79
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.334.070,71	-22.404.070,71	-0,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
(=) Valor Líquido	84.910.517,91	82.954.902,61	2,36
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	196.713.331,67	173.556.098,34	13,34
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	-2.601.680,16	-2.156.883,43	20,62
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
(=) Valor Líquido	194.111.651,51	171.399.214,91	13,25
Total do Imobilizado	279.022.169,42	254.354.117,52	9,70

Fonte: SIAFI, 2025

Em 31/12/2025, o valor líquido contábil dos bens móveis do IFTO foi de R\$ 84.910.517,91 conforme detalhamento apresentado na tabela 2.

Os bens Móveis (valor líquido descontado a depreciação) tiveram um crescimento no seu total em relação ao quarto trimestre de 2024 de 2,36% em consequência de novas entradas (aquisições) de bens permanentes.

Em relação a Depreciação Acumulada de Bens Móveis que no quarto trimestre de 2024 apresenta o valor de R\$ 22.404.070,71 cabe informar que o IFTO parou de registrar a depreciação. Está um andamento trabalho para ajustar o patrimônio relacionados aos bens móveis e implantação do sistema SIADS, nesse sentido, optou-se por deixar de registrar a depreciação, e a mesma voltará a ser feita quando da regularização das contas conforme inventário e operação do SIADS.

Quanto aos Bens Imóveis (valor líquido descontado a depreciação), houve um acréscimo de 13,25%.

A Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis é baseada em informações do sistema SPIUNET. No período, a depreciação de bens imóveis variou 20,62%, e totaliza em 31/12/2025 R\$ 2.601.680,16.

No total, o imobilizado do IFTO sofreu um acréscimo de 9,70% na comparação com o quarto trimestre do ano de 2024.

Do total sobre o Ativo, o Imobilizado representa 88,61%.

5.2.1 Bens Móveis

Os bens móveis do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins correspondem aos bens adquiridos ou doados ou produzidos internamente. Esses bens ainda são registrados e gerenciados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), não sendo, portanto, integrado com o SIAFI.

Esses bens, em 31/12/2025, totalizavam R\$ 84.910.517,91 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Bens Móveis – Composição

	R\$			
BENS	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	35.507.279,77	35.314.522,09	0,55	41,82
Bens de Informática	24.976.953,61	24.616.854,05	1,46	29,42
Móveis e Utensílios	23.256.888,47	23.077.157,15	0,78	27,39
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.627.666,31	7.583.182,29	0,59	8,98
Veículos	12.560.533,87	11.329.284,87	10,87	14,79
Bens Móveis em Almoxarifado	87.430,87	4.568,60	1813,73	0,10
Armamentos	0,01	0,01	0	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	789.745,79	789.745,79	0	0,93
Demais Bens Móveis	2.438.089,92	2.643.658,47	-7,77	2,87
Depreciação / Amortização Acumulada	(22.334.070,71)	(22.404.070,71)	-0,31	-26,30
Total	84.910.517,91	82.954.902,61	2,36	100%

Fonte: SIAFI, 2025

Do montante de R\$ 84.910.517,91 dos bens móveis registrados no Órgão, a maior parte (41,82%), refere-se a conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, seguido de bens de informática (29,42%) e Móveis e Utensílios (27,39%). Esses três grupos de contas refletem bem a finalidade do órgão, que é oferecer educação profissional e tecnológica no Estado do Tocantins, e para que isso seja possível, necessita de laboratórios, parques computacionais e mobiliários.

A conta com maior representatividade é composta conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

BENS	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	12.407.766,18	12.388.838,33	0,15	34,94
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	315.703,93	312.604,93	0,99	0,89
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	5.557.115,26	5.529.212,06	0,50	15,65
Aparelho e Equipamento p/Esportes e Diversões	713.752,88	710.442,09	0,47	2,01
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	383.366,39	383.366,39	0	1,08
Maquinas e Equipamentos Industriais	3.471.398,67	3.463.624,96	0,22	9,78
Maquinas e Equipamentos Energéticos	5.229.375,85	5.146.610,16	1,61	14,73
Maquinas e Equipamentos Gráficos	104.689,72	104.689,72	0	0,29
Maquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	696.699,59	689.688,36	1,02	1,96
Equipamentos de Montaria	5.636,59	5.636,59	0	0,02
Maquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	1.991.805,13	1.976.599,79	0,77	5,61
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	297.678,42	297.678,42	0	0,84
Maquinas e Equipamentos - Construção Civil	80.538,35	80.538,35	0	0,23
Maquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	455.742,02	455.742,02	0	1,28
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.782.221,83	3.755.480,96	1,71	10,65
Outras Maquinas, Equipamentos e Ferramentas	13.788,96	13.788,96	0	0,04
Total	35.507.279,77	35.314.522,09	0,55%	100,00

Fonte: SIAFI, 2025

O grupo de contas da tabela 4 representa os bens distribuídos pelos diversos laboratórios do IFTO. Verifica-se a alta representatividade da conta contábil Aparelhos de Medição e Orientação, representando 34,94% do total.

5.2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão correspondem, em sua maioria, aos bens de uso especial. Esses bens são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, que em 31/12/2025 totalizaram R\$ 194.111.651,51 e estão distribuídos nas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Bens Imóveis – Composição

BENS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	138.796.558,56	133.318.764,48	4,11	71,50
Bens Imóveis em Andamento	56.778.533,19	39.099.093,94	45,22	29,25
Instalações	1.138.239,92	1.138.239,92	0,00	0,59
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.601.680,16)	(2.156.883,43)	20,62	-1,34
Total	194.111.651,51	171.399.214,91	13,25	100%

Fonte: SIAFI, 2025

Os bens de uso especial perfazem 71,50% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, totalizando assim o montante de R\$ 138.796.558,56 em 31/12/2025 a valores brutos. Os Bens de Uso Especial correspondem as unidades do IFTO, e são utilizados na prestação de serviços à sociedade.

Da tabela acima é possível notar que 29,25% (R\$ 56.778.533,19) referem-se a obras em andamento. Após a devida regularização quanto a documentação, as obras serão incorporadas aos seus respectivos imóveis e comporão saldo na conta Bens de Uso Especial.

Tabela 6 - Bens de Uso Especial – Composição

BENS	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Imóveis de Uso Educacional	129.987.219,08	124.509.425,00	4,40	93,65
Autarquias/Fundações	8.809.339,48	8.809.339,48	0	6,35
Total	138.796.558,56	133.318.764,48	4,11	100%

Fonte: SIAFI, 2025

O saldo da conta Imóveis de Uso Educacional é composto pelos valores dos imóveis dos campi do IFTO e representam 93,65% dos Bens de Uso Especial. O valor de R\$ 8.809.339,48 (6,35%) é o valor do Imóvel da Reitoria do IFTO, unidade que representa a administração central do órgão.

Na tabela a seguir, é apresentado o saldo da Bens Imóveis em Andamento, em 31/12/2025, por unidade do IFTO.

Tabela 7 - Bens Imóveis em Andamento

Unidades	31/12/2025	30/12/2024	AH (%)	AV (%)
Reitoria	18.379.728,71	6.510.355,80	182,31	32,37
Campus Palmas	0,00	0,00		0,00
Campus Araguatins	0,00	774.332,98	-100	0,00
Campus Paraíso do Tocantins	0,00	129.500,00	-100	0,00
Campus Araguaína	6.065.090,27	3.113.015,15	94,83	10,68
Campus Gurupi	2.854.360,15	1.828.499,63	56,10	5,03
Campus Porto Nacional	2.098.802,32	655.571,74	220,15	3,70
Campus Dianópolis	11.774.769,44	11.774.769,44	0	20,74
Campus Colinas do Tocantins	15.605.782,30	14.313.049,20	9,03	27,49
Total	56.778.533,19	39.099.093,94	45,21	100,00

Fonte: SIAFI, 2025

O valor de Bens Imóveis em Andamento na unidade Reitoria diz respeito a obras nos Campus Avançados de Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, que não são unidades gestoras e da criação do Campus de Tocantinópolis, que não possui ainda seu número de UG.

Os campus de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Colinas de Tocantins, estão passando por obras de ampliação e melhoria da infraestrutura.

Os saldos de obras em andamento serão baixados quando não houver pendências e tão logo sejam disponibilizados os Termos de Entrega Definitiva de Obras finalizadas e demais documentos.

5.3 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis podem ser classificados com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O ativo intangível é composto pelos direitos de uso de software e estão sendo utilizados na prestação de serviços.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 8 - Intangível – Composição

INTANGÍVEIS	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)
Software com Vida Útil Indefinida	54.235,10	54.235,10	100%
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	
Amortização Acumulada	-	-	-
Total	54.235,10	54.235,10	100%

Fonte: SIAFI, 2025

5.4 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2024, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (Órgão 26424) apresentou um saldo de R\$ 63.208.299,13.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 - Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	12.693,13	12.693,13	0,00	0,01
Fornecimento de Bens	3.345.045,12	2.371.279,13	41,06	3,49
Seguros	11.543,35	1.723,20	569,88	0,01

Serviços	92.347.210,47	60.822.603,67	51,83	96,48
Total	95.716.492,07	63.208.299,13	51,43	100%

Fonte: SIAFI 2025

Na comparação entre os dois períodos as obrigações contratuais tiveram um acréscimo de 51,43%.

As obrigações contratuais com Serviços representam a maioria, cerca de 96,48% do total das obrigações assumidas pelo IFTO ao final de 31/12/2025.

Apresenta-se na tabela 10 a relação dos saldos das contas de contratos por unidades gestoras.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Contratante

Unidades Executoras	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Reitoria	49.734.704,24	39.030.445,03	27,42	51,96
Campus Palmas	22.180.532,74	6.622.608,26	234,92	23,17
Campus Araguaatins	7.947.205,39	3.059.345,45	159,77	8,30
Campus Paraíso do Tocantins	2.104.859,40	1.606.871,81	30,99	2,20
Campus Araguaína	2.388.652,72	4.438.149,85	-46,18	2,50
Campus Gurupi	2.868.233,53	1.770.850,84	61,97	3,00
Campus Porto Nacional	2.377.698,76	2.718.424,34	-12,53	2,48
Campus Dianópolis	3.140.253,39	1.907.380,38	64,64	3,28
Campus Colinas do Tocantins	2.974.351,90	2.054.223,17	44,79	3,11
Total	95.716.492,07	63.208.299,13	51,43	100

Fonte: Siafi, 2025.

Com relação a participação de cada unidade sobre o total (AV), as unidades Reitoria, Palmas e Araguaatins são responsáveis por 83,44% do total contratado. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 (cinco) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2025. Contratações de obras e serviços de engenharia puxaram as obrigações contratuais para cima.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais – Por Contratado

Contratos	31/12/2025	AV (%)
A – Bela Vista Gestão de Recursos Humanos	9.144.038,07	9,55
B – Construtora Ferreira Santos	7.476.119,53	7,81
C – Fenix Limpeza e Asseio	6.618.732,10	6,91
D - Construtora Ferreira Santos – Contrato 24/2023	5.079.583,68	5,31
E – FAPTO - PROJ. GESTAO DENSENV. ETNOT. INDIGENA	4.904.161,51	5,12
Demais	62.493.857,18	65,29
Total	95.716.492,07	100

Fonte: SIAFI 2025

A soma dos Contratados A, B, C, D e E representa 34,71% do total. Estes contratados prestam os seguintes serviços:

- A – Locação de mão de obra para serviços de apoio administrativo;
- B - Contratação de serviços de manutenção predial para as dependências do IFTO;
- C – Contratação de serviços limpeza e conservação;
- D – Contratação de serviços de manutenção predial para as dependências do IFTO;
- E - Contratação de Fundação de Apoio para gerenciamento de projeto de ensino;

5.5 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2025, o IFTO apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.396.520,82 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade de obrigações a curto prazo e referente a fornecedores nacionais.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Curto Prazo	2.396.520,82	644.570,61	271,80
Nacionais	2.396.520,82	644.570,61	271,80
Total	2.396.520,82	644.570,61	271,80

Fonte: SIAFI 2025

A comparação entre os períodos apresenta uma variação de 271,80%, e está relacionada a dois fatores: montante das liquidações realizadas x repasses de recursos financeiros recebidos para o pagamento das obrigações.

Na continuação, apresenta-se a tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
UG 158131 - Reitoria	2.106.953,81	251.987,75	736,13	87,92
UG 158336 – Campus Palmas	162.587,41	36.683,94	343,21	6,78
UG 158337 – Campus Araguatins	53.357,13	152.151,95	-64,93	2,23
UG 158489 – Campus Paraíso do Tocantins	20.752,17	43.189,64	-51,95	0,87
UG 158511 – Campus Araguaína	12.728,15	7.015,11	81,44	0,53
UG 158556 – Campus Gurupi	40.142,15	50.038,39	-19,78	1,68
UG 158557 – Campus Porto Nacional	0,00	96.126,83	-100	0,00
UG 158628 – Campus Dianópolis	0,00	0,00		0,00
UG158633 – Campus Colinas do Tocantins	0,00	7377,00	-100	0,00
Total	2.396.520,82	644.570,61	271,80	100

Fonte: SIAFI 2025

Na comparação entre períodos, houve um aumento com fornecedores a pagar, o acréscimo foi de 271,80%.

Da participação sobre o total, Reitoria (87,92%), Campus Palmas (6,78%) e Campus Araguatins (2,23%) são responsáveis por 96,93% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 03 (três) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base 31/12/2025.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Fornecedores	31/12/2025	AV (%)
Fornecedor A – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	1.922.319,74	80,21
Fornecedor B – Tarumã Engenharia e Construção Ltda	120.745,87	5,04
Fornecedor C – Bela Vista Gestão de Recursos Humanos Ltda	118.325,97	4,94
Demais	235.129,24	9,81
Total	2.396.520,82	100

Fonte: SIAFI 2025

Em relação aos fornecedores A, B e C eles representam 90,19% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Fornecedor A: Contratação de Fundação de Apoio para gerenciamento de projeto de ensino;
- Fornecedor B: Construção de ginásio poliesportivo no Campus Tocantinópolis;
- Fornecedor C: Serviços de apoio administrativo com locação de mão de obra.

5.6 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do IFTO representa 67,68% do total da soma do passivo e do patrimônio líquido da instituição e está composto da seguinte forma, conforme dispõe a tabela 15.

Tabela 15 – Resultado do Exercício

Resultados	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
(+) Resultado do exercício	11.515.626,31	3.412.821,97	237,42
(+) Resultado de exercícios anteriores	198.595.413,17	198.602.896,90	-0,003
(+) Ajustes de exercícios anteriores	84.232,54	-3.409.638,01	-102,46
(=) Resultados Acumulados	210.195.272,02	198.595.413,17	5,84
Demais Reservas	2.920.692,70	2.016.859,72	44,81
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	213.115.964,72	200.612.272,89	6,23

Fonte: SIAFI, 2025

Em 31/12/2025, o “Patrimônio Líquido” do IFTO apresentou um acréscimo de 6,23%, quando comparado com o saldo apresentado em 31/12/2024. O resultado do exercício foi positivo fechando a ano com R\$ 11.515.626,31.

6. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

Prevista no Art. 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício (STN, 2024).

6.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 16 – Resultado Patrimonial do Período

Variações Patrimoniais	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	483.838.494,56	398.846.326,08	14,72
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	472.322.868,25	395.433.504,11	13,00
Resultado Patrimonial do Período (I - II)	11.515.626,31	-3.412.821,97	-250,30

Fonte: SIAFI, 2025

O IFTO apresentou em 31/12/2025 um resultado patrimonial positivo de R\$ 11.515626,31 e este valor é transportado para o Patrimônio Líquido como o Resultado do Exercício.

Em seguida apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais, segregadas em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

6.2 Variações Patrimoniais Aumentativas

Na tabela 17, demonstra-se a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Tabela 17 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV(%)
	483.838.494,56	398.846.326,08	21,31	100,00
Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos	334.568,76	857.947,23	-61,00	0,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.306,22	1.517,20	-13,91	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	444.898.686,88	382.981.427,52	16,17	91,95
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	38.457.489,85	14.732.501,28	161,04	7,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	146.442,85	272.932,85	-46,34	0,03

Fonte: SIAFI, 2025

Dentre as VPAs com movimentação mais significativa, destaca-se as “Transferências e Delegações Recebidas”, que equivale a 96,95% do total de VPAs. O valor é consequência de Repasses Recebidos, fruto da execução orçamentária e extraorçamentária (Restos a Pagar).

A tabela 18 apresenta a variação patrimonial aumentativa mais significativa ocorrida na comparação entre os dois períodos (AH = 161,04%).

Tabela 18 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%) 31/12/25
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	38.457.489,85	14.732.501,28	161,04	100
Ganhos com Alienação	0,00	0,00		
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.953.366,45	46.965,12	10446,9	12,88
Ganhos com Desincorporação de Passivos	33.504.123,40	14.685.536,16	128,14	87,12

Fonte: SIAFI, 2025

Dentro da Variação Patrimonial Aumentativa “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”, a conta Ganhos com Desincorporação de Passivos representa 87,12%. A desincorporação de passivos é proveniente de cancelamento de passivos permanentes não devidos cujos valores estavam inscritos em restos a pagar processados, e de devolução de recursos financeiros de Termos de Execução Descentralizada – TEDs.

6.3 Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD's tiveram um acréscimo monetário no quarto trimestre de 2025 em comparação com o quarto trimestre de 2024 de 19,44%, passando do patamar de R\$ 395.433.504,11 para R\$ 472.322.868,25. Basicamente as variações patrimoniais diminutivas, incorreram acerca de despesas

com pessoal (despesa obrigatória) e serviços para a manutenção e funcionamento do IFTO (despesa discricionária).

Tabela 19 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%) 31/12/2025
	472.322.868,25	395.433.504,11	19,44	100
Pessoal e Encargos Sociais	317.935.484,17	264.758.500,24	20,09	67,31%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.409.829,36	10.063.296,47	13,38	2,42%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	50.892.025,96	44.079.255,21	15,46	10,77%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73.176,33	1.425,43	5033,63	0,02%
Desvalorização e Perda de Ativos e Inc. de Passivos	41.690.876,07	20.790.619,14	100,53	8,83%
Tributárias	33.342,19	46.462,89	-28,24	0,01%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.439.590,99	8.287.881,08	-10,24	1,58%
Transferências e Delegações Concedidas	42.848.543,18	47.406.063,65	-9,61	9,07%

Fonte: SIAFI, 2025

O grupo com maior participação nas VPDs é a conta “Pessoal e encargos” (67,31%), com aumento de 20,09% em relação ao mesmo período do ano passado. A tabela 20 apresenta o detalhamento deste grupo.

Tabela 20 - Pessoal e Encargos

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%) 31/12/2025
Pessoal e Encargos	317.935.484,17	264.758.500,24	20,09	100
Remuneração a Pessoal	247.795.090,19	204.538.549,51	21,15	77,94
Encargos Patronais	48.705.784,19	41.872.966,37	16,32	15,32
Benefícios a Pessoal	21.411.811,38	18.346.984,36	16,70	6,73
Outras Var. Pat. Diminutivas	22.798,41			0,01

Fonte: SIAFI, 2025

De maneira geral, a despesa com pessoal em encargos cresceu 20,09% na comparação com o mesmo período do ano passado.

A seguir, ainda dentro das VPDs, demonstra-se a conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, é neste grupo que está a aplicação dos créditos orçamentários das despesas discricionárias no órgão e a depreciação.

Tabela 21 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%) 31/12/2025
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	50.892.025,96	44.079.255,21	15,46	100,00
Uso de Material de Consumo	3.602.026,59	3.633.727,72	-0,87	7,08
Serviços	46.845.202,64	40.049.531,52	16,97	92,05
Depreciação, Amortização e Exaustão	444.796,73	395.995,97	12,32	0,87

Fonte: SIAFI, 2025

A conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” apresentou um acréscimo de 15,46% na comparação com o mesmo período do ano passado. Os serviços representam a maior parte da composição do grupo e responde por 92,05% do total.

Com relação à Depreciação, cabe informar que o IFTO não está registrando a depreciação acumulada dos bens móveis, a opção foi de ajustar o patrimônio para a implantação e operacionalização do sistema SIADS. A depreciação registrada diz respeito aos bens imóveis.

7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação (MCASP 11ª Edição, 2024).

7.1 Receitas

A tabela 22 demonstra a previsão da receita e sua realização dividida por categoria econômica.

Tabela 22 – Receitas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo d=(c-b)
Receitas Correntes	809.006,00	809.006,00	331.826,08	-477.179,92
Receitas de Capital				
Total das Receitas	809.006,00	809.006,00	331.826,08	-477.179,92

Fonte: SIAFI, 2025

No ano de 2025, a previsão inicial da receita foi estimada em R\$ 809.006,00, em 31/12/2025 o saldo da arrecadação foi de R\$ 331.826,08. A frustração de receita foi de R\$ 477.179,92.

A tabela a seguir faz o detalhamento das Receitas Correntes arrecadadas e compara ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 23 – Receitas Realizadas

Receitas Correntes	31/12/2025	31/12/2024	Variação R\$	% Variação
Receita Patrimonial	18.124,56	37.600,16	-19.475,60	-51,80
Receita Agropecuária	41.208,79	29.257,08	11.951,71	40,85
Receita Industrial	574,96	3.492,74	-2.917,78	-83,54
Receitas de Serviços	269.454,06	788.585,14	-519.131,08	-65,83
Outras Receitas Correntes	2.463,71	228,04	2.235,67	980,39
Total Receitas Correntes	331.826,08	859.163,16	-589.087,08	-63,97
Receitas de Capital	31/12/2025	31/12/2024	Variação R\$	% Variação
Alienação de Bens	0,00	61.750,00	-61.750,00	-100
Total Receitas de Capital	0,00	61.750,00	-61.750,00	-100

Fonte: SIAFI, 2025,2024

Na comparação com o mesmo período do ano passado, as Receitas Correntes Realizadas foram 63,97% menor.

Para as Receitas de Capital, não houve arrecadação no ano de 2025.

7.2 Despesas

O Orçamento aprovado pela Lei 15.121/2025 – Lei Orçamentária Anual de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 10/04/2025, fixou inicialmente para o IFTO uma Despesa de R\$ 329.257.961,00. A dotação atualizada em 31/12/2024 é de R\$ 384.638.940,00 conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 24 – Dotação Orçamentária

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (a)	Dotação Suplementar (b)	Dotação Cancelada e Remanejada (c)	Dotação Atualizada d = (a+b) + c
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	256.926.301,00	50.324.115,00	0,00	307.250.416,00
	Outras Despesas Correntes	71.581.660,00	5.768.803,00	-984.506,00	76.365.957,00
Despesas de Capital	Investimentos	750.000,00	422.633,00	-150.066,00	1.022.567,00
Total		329.257.961,00	56.515.551,00	-1.134.572,00	384.638.940,00

Fonte: SIAFI, 2025

A tabela a seguir demonstra execução da despesa orçamentária até o quarto trimestre de 2025.

Tabela 25 – Execução da Despesa Orçamentária (UO 26424)

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesa liquidada (c)	% Liquidação = c/b	Despesa paga (d)	% Pagamento =d/c
Despesas Correntes	383.616.373,00	381.786.358,65	99,52	376.601.560,29	98,64	334.923.923,26	88,93
Pessoal e Encargos Sociais	307.250.416,00	307.014.888,36	99,92	307.007.250,70	100,00	268.329.726,84	87,40
Outras Despesas Correntes	76.365.957,00	74.771.470,29	97,91	69.594.309,59	93,08	66.594.196,42	95,69
Despesas de Capital	1.022.567,00	1.021.837,94	99,93	205.674,16	20,13	205.186,88	99,76
Investimentos	1.022.567,00	1.021.837,94	99,63	205.674,16	20,13	205.186,88	99,76
Total das Despesas	384.638.940,00	382.808.196,59	99,52	376.807.234,45	98,43	335.129.110,14	88,94

Fonte: SIAFI, 2025

A tabela acima demonstra a dotação atualizada e a execução da despesa da Unidade Orçamentária 26424 - Instituto Federal do Tocantins. Conforme demonstrado, o empenhado representa

99,52% do total da dotação, as despesas liquidadas 98,43% do total empenhado, e as despesas pagas 88,94% do liquidado.

Tabela 26 – Execução da Despesa Orçamentária de destaques recebidos

Despesas orçamentárias	Destaque recebido (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesa liquidada (c)	% Liquidação = c/b	Despesa paga (d)	% Pagamento =d/c
Despesas Correntes	8.060.451,27	8.060.451,27	100	5.534.634,24	68,66	3.412.448,26	761,66
Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00	160.000,00	100	160.000,00	100	0,00	
Outras Despesas Correntes	7.900.451,27	7.900.451,27	100	5.374.634,24	68,03	3.412.448,26	63,49
Despesas de Capital	23.020.639,79	23.020.639,79	100	12.191.090,84	51,70	11.919.897,89	97,78
Investimentos	23.020.639,79	23.020.639,79	100	12.191.090,84	51,70	11.919.897,89	97,78
Total das Despesas	31.642.220,48	31.642.220,48	100	17.725.725,08	56,02	15.332.346,15	86,50

Fonte: SIAFI, 2025

A tabela acima demonstra destaques recebidos, que são créditos orçamentárias de outros órgãos, e a sua execução. Tais créditos são oriundos de Termos de Execução Descentralizada – TED ou de descentralizações.

7.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar

A seguir demonstra-se a execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados até o quarto trimestre de 2024.

Tabela 27 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Órgão	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
IFTO	26.623.486,05	21.174.331,56	21.174.331,56	870.975,11	4.630.669,41	79,34

Fonte: SIAFI 2025

Dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, demonstrados no quadro acima, 79,34% foram pagos até 31/12/2025.

Tabela 28 – Execução de Restos a Pagar Não Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
Pessoal e Encargos Sociais	271.117,63	84.485,42	84.485,42	0,00	186.632,21	31,16
Outras Despesas Correntes	10.060.642,86	8.704.985,73	8.699.432,62	706.283,37	654.926,87	86,47
Investimentos	16.291.725,56	12.384.860,41	12.337.923,49	164.691,74	3.789.110,33	75,73
TOTAL	26.623.486,05	21.174.331,56	21.121.841,53	870.975,11	4.630.669,41	79,34

Fonte: SIAFI 2025

A tabela 28 apresenta a execução de Restos a Pagar não Processados por Grupo de Despesa. Nesse sentido, em consideração aos valores inscritos nos seus respectivos grupos, 86,47% foram executados em Outras Despesas Correntes e 75,73% executados em Investimentos.

Tabela 29 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d = (b/a)
27.518.643,76	27.449.310,73	2.126,03	67.207,00	99,75

Fonte: SIAFI 2025

Para os Restos a Pagar Processados, há uma relevância no montante inscrito e pago. Isso acontece principalmente em razão da folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior, que é lançada no próprio mês (dezembro), mas paga no mês de janeiro, com isso, os empenhos da folha ficam inscritos em Restos a Pagar Processados. O quadro seguinte demonstra a informação por Grupo de Despesa, que evidencia melhor o fato.

Tabela 30 – Execução de Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d= (b/a)
Pessoal e Encargos Sociais	24.314.043,46	24.307.974,00	0,00	6.069,46	99,98
Outras Despesas Correntes	3.005.158,46	2.988.163,14	518,47	16.476,85	99,43
Investimentos	199.441,84	153.173,59	1.607,56	44.660,69	76,80
TOTAL	27.518.643,76	27.449.310,73	2.126,03	67.207,00	99,75

Fonte: SIAFI 2025

Pessoal e Encargos Sociais representa 88,35% do total de inscrições em Restos a Pagar Processados, Outras Despesas Correntes corresponde a 10,92% e também carregam despesas da folha, que são benefícios pagos a servidores, o Grupo de Investimentos representa 0,72%. No geral a execução de Restos a Pagar Processado até 31/12/2025 foi de 99,75% sobre o total das inscrições.

8. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964). A seguir, apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos.

8.1 Ingressos Financeiros

Apresenta-se a seguir a composição dos ingressos financeiros.

Tabela 31 - Composição dos Ingressos

INGRESSOS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV 31/12/2025 (%)
Receitas Orçamentárias	331.826,08	920.913,16	-63,97	0,06
Transferências Financeiras Recebidas	444.363.840,04	371.856.742,29	19,50	83,40
Recebimentos Extraorçamentários	64.288.339,97	53.115.674,64	21,03	12,07
Saldo do Exercício Anterior	23.854.469,84	23.380.388,49	2,08	4,48
TOTAL	532.838.475,93	449.273.718,58	18,60	100,00

Fonte: SIAFI 2024

No quarto trimestre de 2025, as Transferências Financeiras Recebidas constituíram a principal forma de ingressos respondendo por 83,40% do total. Neste grupo estão os repasses recebidos, que são resultantes da execução orçamentária e as transferências recebidas para pagamentos de Restos Pagar.

Os Recebimentos Extraorçamentários também foram uma importante forma de ingresso e responderam por 12,07% do total. Este grupo é composto na sua grande maioria pela inscrição de Restos a Pagar. O Art. 103, da Lei 4.320/64 dispõe que, “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

O Saldo do Exercício Anterior é a disponibilidade em caixa, representa 4,48% do total dos ingressos.

As Receitas Orçamentárias (0,06%) constituem as receitas diretamente arrecadas pelo órgão fruto de esforço institucional.

8.2 Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Apresenta-se a seguir a composição.

Tabela 32 – Composição dos Dispêndios

DISPÊNDIOS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV 31/12/2025 (%)
Despesas Orçamentárias	414.450.417,07	347.978.922,68	19,10	77,78
Transferências Financeiras Concedidas	42.426.657,55	36.456.928,05	16,37	7,96
Pagamentos Extraorçamentários	48.810.969,84	40.983.398,01	19,10	9,16
Saldo para o Exercício Seguinte	27.150.431,47	23.854.469,84	13,82	5,10
TOTAL	532.838.475,93	449.273.718,58	18,60	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Para os dispêndios, a maior relevância está nas Despesas Orçamentárias que respondem por 77,78% do total. Tais valores incluem os desembolsos financeiros para quitar despesas de pessoal, despesas de custeio e investimentos. Dividem-se em ordinárias, que correspondem às despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, utilizadas para atender quaisquer finalidades, e vinculadas, que são as despesas orçamentárias cuja aplicação é definida na Lei Orçamentária Anual, de acordo com sua origem.

8.3 Resultado Financeiro

O IFTO apurou como resultado financeiro no quarto trimestre de 2025 um superávit de R\$ 3.295.961,63 provenientes das fontes tesouro. A apuração do Resultado Financeiro é extraída por meio dos saldos de Caixa e Equivalente de Caixa, conforme demonstrado na tabela 33.

Tabela 33 – Resultado Financeiro

DISPÊNDIOS	31/12/2025	31/12/2024
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	27.150.431,47	23.854.469,84
INGRESSOS	31/12/2024	31/12/2024
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	23.854.469,84	23.380.388,49
= Resultado Financeiro	3.295.961,63	474.081,35

Fonte: SIAFI 2025

9. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Segundo o MCASP (2024), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento, identificando: (a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; (b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Tabela 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa/Resultado Financeiros

Resultado Financeiro BF x DFC	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
(+) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Exercício Seguinte)	27.150.431,47	23.854.469,84	13,82
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (Exercício Anterior)	23.854.469,84	23.380.388,49	2,03
(=) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.295.961,63	474.081,35	595,23

Fonte: SIAFI 2025

Conforme evidenciado na tabela acima, no quarto trimestre de 2025 foi registrado um superavit na geração líquida de caixa de R\$ 3.295.961,63.

A seguir demonstra-se os fluxos para melhor entendimento do resultado deficitário.

Tabela 35 – Fluxos

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27.912.143,48	9.541.146,26
INGRESSOS	444.992.119,84	373.244.408,55
DESEMBOLSOS	-417.079.976,36	-363.703.262,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.616.181,85	-9.067.064,91
INGRESSOS	0,00	61.750,00
DESEMBOLSOS	24.616.181,85	-9.128.814,91

Fonte: SIAFI 2025

Do somatório dos fluxos obtemos a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (3.295.961,63), e corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro (Tabela 33).

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Apresenta-se a seguir outras informações relevantes, pois existe o risco de afetar o patrimônio.

- Há ausência de registro de reconhecimento em sua íntegra, de ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Há ausência de registro de reconhecimento das provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Necessidade de reclassificação de diversos itens de bens móveis permanentes entre as contas patrimoniais para evidenciar com fidedignidade o Imobilizado.
- Ausência do registro da depreciação acumulada de bens móveis.
- Presença de saldos alongados em diversas contas.